



Câmara dos Deputados
Deputado Federal **Danilo Forte** - UNIÃO/CE

REQ n.68/2023

A presente é do dia 05/02/2023, 09:43:38,33696-03-PNEUITEC

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA MANIPULAÇÃO DAS PARTIDAS DE JOGOS DE FUTEBOL

(Dep. Danilo Forte)

Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA com o Ilmo. Promotor do Ministério Público de Goiás, Dr. Fernando Cesconetto para debater o caso criminoso de manipulação de jogos de futebol e colher informações sobre o esquema que está sendo investigada na Operação Penalidade Máxima.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º e § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 36 e 255 do Regimento Interno desta r. Casa, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA com o Ilmo. Promotor do Ministério Público de Goiás, Dr. Fernando Cesconetto**, para colher informações acerca da Operação Penalidade Máxima, que investiga envolvimento criminoso sobre a manipulação de resultados nas partidas de jogos de futebol brasileiro.

JUSTIFICATIVA

O Ilmo. Promotor Cesconetto lidera as investigações da operação Penalidade Máxima, que mira um grupo que aliciava jogadores e fraudava apostas de campeonatos estaduais e do Campeonato Brasileiro. Até agora, 15 atletas foram denunciados pelo Ministério Público, que agora mira novos integrantes da suposta quadrilha e o esquema para lavagem do dinheiro obtido.

Iniciada em novembro de 2022, a investigação a operação já ofereceu denúncias contra jogadores, e realizou prisões preventivas. Em meio às revelações do caso, clubes brasileiros afastaram preventivamente pelo menos nove atletas citados por apostadores.





Câmara dos Deputados
Deputado Federal **Danilo Forte** - UNIÃO/CE

REQ n.68/2023

A Operação Penalidade Máxima é o novo marco no combate à manipulação de resultados e ao esquema de apostas no futebol brasileiro e segue avançando na investigação de manipulação de resultados em razão de apostas esportivas em jogos do Campeonato Brasileiro das Série A, B e campeonatos estaduais. Em 09 de maio de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado Goiás acatou a denúncia do Ministério Público do estado e os acusados se tornaram réus no caso.

Por isso, é fundamental que essa r. CPI realize audiência pública para obter informações sobre as Operações Penalidade Máxima I e II deflagradas pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO), ouvindo os esclarecimentos do aludido Parquet.

Certo da compreensão de Vossa Excelência e de meus nobres pares submeto este requerimento.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2023.


Dep. DANILO FORTE
UNIÃO/CE



* C D 2 3 2 8 4 2 7 8 3 4 0 0 *

